

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objetivo a aquisição de equipamentos eletrônicos áudio e vídeo para utilização da Câmara Municipal de Tiros/MG.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação visa suprir essa lacuna com a aquisição de smartphones e microfones de lapela, equipamentos que permitem captação de áudio e imagem com maior clareza, agilidade na gravação e edição de conteúdos, além de facilitar a publicação em plataformas digitais, como redes sociais e o site institucional. Tal investimento contribui diretamente para o princípio da publicidade e do acesso à informação, promovendo o controle social e a participação cidadã.

Assim, essa contratação se justifica como um instrumento de fortalecimento da democracia local, garantindo que os munícipes acompanhem as ações de seus representantes e compreendam as decisões que impactam a coletividade.

2.2. A contratação deste veículo se dará através de modalidade dispensa eletrônica através do portal da internet Licitanet, com observância LEI Nº 14.133/21 que estabelece ser viável a adoção desse tipo de modalidade.

2.2.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

3.1. A escolha das especificações dos produtos e adoção de modelo de referência visa atender aos princípios da eficiência, economicidade e à melhor adequação da solução ao interesse público.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A Câmara Municipal de Tiros/MG necessita aprimorar os meios de comunicação institucional para garantir maior transparência, eficiência e efetividade na divulgação de suas atividades legislativas. Atualmente, os recursos disponíveis para captação de áudio e vídeo são insuficientes e tecnologicamente defasados, prejudicando a qualidade das transmissões e o alcance da população às informações legislativas.

5. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

5.1. Será feita a aquisição da seguinte forma:

Lote 1:

Quant	Descrição	Modelo referência
02	256GB de armazenamento interno 8GB de memória RAM 6,2" de tamanho da tela Câmera traseira tripla mínimo de 48MP Câmera frontal de 12MP Bateria de 4000mAh	Smartphone Samsung Galaxy S24 6,2" iPhone 15 pro max ou equivalente
02	Microfone Sem Fio Lapela Dupla Hifi Dog 2SC Adaptador Original USB-C para Lightning. Frequência: 2.4GHz Tensão de entrada: DC4.8-5.4V Conector para recarregar: USB C Distancia de transmissão (Aprox.): Com barreira: 8m/Sem barreira: 20m Compatibilidade: Samsung – Apple iPhone	Modelo de referencia: Hollyland lark m2 kit Boya Mini kit

5.2. O preço a ser pago à pago pelos produtos foram estimados com base em: Lote 1:

Estimativa do valor da contratação: Com base na média de mercado, estima-se o valor global da contratação em **R\$11.304,00 (Onze mil trezentos e quatro reais)**.

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em **levantamento de preços de mercado**, por meio de cotações obtidas junto a fornecedores especializados. No estudo Técnico Preliminar há um levantamento pormenorizado dos preços. Sendo sugeridos em alguns produtos a marca, para evitar

6. ENTREGA: PRAZO, LOCAL e DEMAIS CONDIÇÕES

6.1. O prazo para entrega dos produtos será de 30(trinta) dias após a assinatura do contrato.

6.2. A realização da entrega será por conta do fornecedor.

6.3. O local para a entrega dos produtos será a Câmara Municipal de Tiros.

6.4. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, com garantia mínima de 12(doze) meses a partir da data do recebimento definitivo.

6.5. A empresa vencedora deverá possuir estrutura operacional compatível com exigências de entrega, incluindo logística, assistência técnica e a instalação dos itens.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1 A empresa deverá estar habilitada no portal de contratações da internet: www.licitanet.com.br, por se tratar de dispensa eletrônica estar no dia e horário estabelecidos pela administração da Câmara Municipal de Tiros, com toda documentação exigida nos moldes da nova lei de licitações. Sendo, essa 14.133/2021. Incluindo mas não se limitando à: prova de inscrição no cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ), cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, certificado de regularidade junto ao FGTS, comprovação de regularidade de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união, comprovação da regularidade de débitos junto ao município sede do credenciado, comprovação de regularidade de débitos junto à fazenda estadual, certidão negativa de falências, concordatas ou recuperação judicial expedida pela comarca da sede da empresa, no caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente, declaração de que não emprega

menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo na condição de aprendiz, certidão negativa de débitos trabalhistas ou certidão positiva com efeitos de negativa, registro perante a junta comercial e procuração com poderes para assinar contatos decorrentes de licitação. Declarações exigidas por lei, como: declaração de inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O CONTRATANTE indicará gestor e fiscal do contrato, que deverão acompanhar a execução dos serviços e atestar a sua conformidade.

7.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste instrumento.

7.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

7.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA; Ou através de boleto bancário emitido pela CONTRATADA.

8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável; A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

8.4. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

8.5. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.6.1. o prazo de validade;

8.6.2. a data da emissão

8.6.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

8.6.4. o período respectivo de execução do CONTRATO;

8.6.5. o valor a pagar;

8.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE; 8.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da

regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.9. A Administração deverá realizar consulta aos portais públicos para verificar a manutenção das condições de habilitação (regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista) e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

8.10. Constatando-se qualquer a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.14. O pagamento será efetuado no prazo 15(quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, podendo ser prorrogado por igual período.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 A despesa correrá por conta da dotação orçamentária: 1.01.01.01.031.0001.1002.0000.4.4.90.51.00.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato;

10.2. A eficácia legal do Contrato se dará após a sua divulgação no PNCP, nos termos do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 11.1.4. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7” e “12.1.8”, bem como nos subitens “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. Multa: a. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias; b. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.

14.133, de 2021. c. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. 13.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021). 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Tiros/MG, 04 de agosto de 2025.

Guilherme Ferreira Guimarães Ribeiro

SETOR DE COMPRAS